

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/EJA: UMA EDUCAÇÃO (POSSÍVEL) EMANCIPADORA?

PERIPOLLI, Odimar J.¹

Resumo

Historicamente a escola foi pensada para atender os interesses da classe dominante burguesa (rural e urbana). Na prática, a escola foi e é usada como estratégia para consolidar seu projeto hegemônico de mundo, onde os valores e princípios burgueses são difundidos como sendo universais de todas as classes sociais. Como caracterizar a EJA hoje? Ou seja, qual seu papel enquanto instituição pública frente à classe trabalhadora? É uma escola voltada à reprodução ou uma escola que caminha na perspectiva emancipadora? Que atende e acolhe os interesses da classe trabalhadora?

Palavras-chave: Educação, EJA, emancipação.

Abstract

Historically the school has been designed to meet the bourgeois ruling class interests (rural and urban). In practice, the school was and is used as a strategy for consolidate its hegemonic position in the world, where bourgeois values and principles are being circulated as universal of all social classes. How to characterize EJA today? That is, what its role as an institution public against the working class? It is a school focused on reproduction or a school that walks the liberating perspective? That meets and welcomes interests.

67

Keywords: Education, EJA, Emancipation.

Introdução

Podemos cambiar La historia, caminar a la Victoria,
Podemos crear el futuro y romper todos los muros

¹Doutor em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS/2009. Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus universitário de Sinop/MT. Pesquisador na área da Educação com ênfase em temáticas voltadas ao meio rural/campo na região da Amazônia norte de Mato Grosso: questões agrárias (reforma agrária INCRA, MST, CPT), Educação do Campo, meio ambiente, juventude camponesa, dentre outras.

Familiaperipolli@ibest.com.br

Si unimos nuestras manos,
Si nos vemos como hermanos
Lograremos lo imposible,
Ser un pueblo de hombres libres
(!Buenas Nuevas Pá Mi Pueblo! Gilmer Torres/Siembra – Peru).

A história do nosso país produziu e reproduz desigualdade social: um sem-número de sem terra, sem teto, sem escola, sem direitos; enfim, sem cidadania. Neste artigo propõe-se tencionar e trazer para a reflexão, a EJA (Educação de Jovens e Adultos), enquanto modalidade de ensino, amplamente difundido no país hoje, não necessariamente com o zelo e cuidado que esta tem sido esperada pelos protagonistas do processo: os filhos dos trabalhadores.

A questão que orienta as discussões pode ser colocada da seguinte forma: a EJA, hoje, pode ser caracterizada como uma escola que resgata, de fato, a dívida para com o passado histórico? Ou seja, prepara para a emancipação? 68

Estas questões, assim colocadas, procedem, acredita-se, na medida em que a escola (a EJA é uma escola), historicamente foi projetada de forma fragmentada, hierarquizada, separada da vida dos trabalhadores, tendo em vista a atender os interesses do modelo de sociedade capitalista.

Historicamente a escola foi pensada para atender os interesses da classe dominante burguesa (rural e urbana) e não a classe dominada/trabalhadora. A escola tem servido de estratégia para a burguesia, enquanto classe dominante, consolidar seu projeto hegemônico de mundo onde os valores e princípios burgueses são difundidos como sendo universais de todas as classes sociais.

Cabe ressaltar que a EJA, assim como outras modalidades de ensino, se coloca na mesma perspectiva de todo projeto de educação escolar, qual seja: o de reproduzir a realidade. Mas pode também provocar mudanças quando apreendidas as contradições produzidas no próprio seio da escola. Tanto no primeiro caso (reproduzir) quanto no segundo (mudar/transformar), a escola não tem este poder de fazê-lo sozinha. Ou seja, em ambos os casos, ela pode se colocar a serviço de interesses que levam, necessariamente, a um ou outro papel, dependendo das forças (econômicas, políticas) as quais estará servindo em determinado contexto. O que significa dizer, nestes casos, que a escola está a serviço de uma classe que a

quer desempenhando determinados papéis: ou a serviço das forças hegemônicas do capital, a elite dominante burguesa ou à classe trabalhadora (classe dominada).

No momento em que se lhe atribui papéis, deve-se ter presente que estes resultam de um conjunto de condicionantes, estando diretamente ligados ao modelo de sociedade que vem sendo construído. Neste sentido é que se diz que a sociedade é que faz a escola, e não o inverso. O que implica, portanto, em dizer que “fazer educação” (EJA) não é algo neutro, ou seja, a presença e existência dela (acesso, qualidade, etc.) depende, sempre, de um conjunto de condições impostas por interesses de classes.

Em outros termos, é um ato intencional, essencialmente político, portanto, a serviço de interesses que são próprios de uma sociedade dividida em classes, com interesses diferentes, quando não contrário e/ou antagônicos. Portanto, estamos falando de uma escola de classe.

A EJA, uma escola criada para a classe trabalhadora, como se enquadra neste cenário tão complexo/contraditório? Qual tem sido e vem sendo seu o seu papel? O de reproduzir ou o de mudar/transformar? Uma escola para subjugar ou para emancipar? ⁶⁹

A resposta a esta pergunta pode ser colocada em forma de outras perguntas: por que o conhecimento desenvolvido fora da escola é desvalorizado e só o conhecimento formal é valorizado? Ora, mais do que qualquer outra instituição, a escola, criação burguesa (PONCE, 2001), está a serviço da classe burguesa, cujo objetivo é o de tornar seu projeto de mundo homogêneo (FERNANDES, 2002).

O conhecimento é uma construção social. Por que, então, só o conhecimento das elites encontra lugar nos currículos das escolas? Observemos os livros adotados nas escolas: que visão de mundo é transmitida por estes autores? O da classe dominante (classe proprietária dos meios de produção) ou da classe dominada (classe que vende e vive da venda da força de trabalho)? Mais: como falarmos em aprendizagem se o conhecimento é apresentado como sendo independente dos que o criam e dos que o aprendem?

Mas, em que pese todas estas questões (limites colocados pelo projeto do capital), a escola pública ainda é um dos espaços mais democráticos colocados à disposição da classe trabalhadora. Isso deve orientar nossas discussões. Ou não teria sentido as nossas discussões.

A defesa da escola pública para a classe trabalhadora procede na medida em que: primeiro, se constitui em um espaço público voltado às classes pobres; segundo, por servir como ferramenta na mão dos trabalhadores, possibilitando que estes possam fazer uma outra leitura da realidade que os cerca. Em outros termos, isso significa dizer que a escola possibilita à classe trabalhadora apropriar-se dos códigos das classes dominantes, permitindo, desta forma, manipulá-los contra a própria classe que oprime, escraviza, expropria/explora, que nega a cidadania aos trabalhadores. Daí o sentido da escola (saber formal, “estudo”) colocada enquanto “ferramenta”, enquanto “arma”, na mão do trabalhador.

Pode-se dizer, sem medo de errar, que foram os trabalhadores empobrecidos, a classe trabalhadora, em desobediência à ordem imposta pelo projeto do capital (excludente e classista) que primeiro se deram conta da necessidade da educação escolar. Viram ali uma forma concreta de poder melhor olhar, ver, enxergar, compreender a realidade a sua volta. Ou seja, compreender que “tudo é radicalmente histórico e social” (TONET, 2009, p. 15). A escola se coloca como instrumento para melhor realizar esta tarefa.

É neste sentido e/ou nesta perspectiva que a escola EJA deve ser concebida e gestada, sobretudo, “praticada”, isto é, que responda aos interesses, aos anseios, às necessidades da classe trabalhadora. Só através do entendimento da história é possível um melhor entendimento das contradições que se (re)produzem no interior do modelo capitalista onde esta escola está inserida; apreender, em cada momento, a articulação que existe entre essas relações [dos homens entre si na transformação da natureza], é que nos permite ver a realidade como mutável, que o que está posto não é definitivo, ou seja, pode ser mudado.

EJA, começo de tudo: catequizar/”civilizar”

[...], se a escola por si só não faz a nação, [...], ela serve, no entanto, para “atenuar ou dissolver as diferenças”, sendo um poderoso foco de assimilação (AZEVEDO, 1952)²

O marco inicial voltado a atender adultos, em termos de educação/escola, foi dado pelos jesuítas quando do início da colonização do Brasil, mais precisamente, em 1549. O

² (Apud KREUTZ, 2001, p. 139).

trabalho de alfabetização (índios e não índios) consistia, basicamente, em ensinar a ler e a escrever³. Esta prática revelou-se como um importante instrumento na mão dos colonizadores europeus, até porque, foi desta forma que os novos cristãos e imigrantes (analfabetos) foram instruídos, qual seja: na perspectiva europeia de ver as coisas/mundo. Mais precisamente, de ver o mundo na perspectiva do capital.

LANGER (1997, p. 81), ao falar da educação/escola para os indígenas, aponta para o fato de que, além do cuidado para que estes (índios guaranis) fossem “matriculados com nomes e sobrenomes portugueses”, fosse também tomado o cuidado para que a língua falada fosse a de Portugal. A eficácia e/ou importância desta técnica estaria em fazer com que estes esquecessem a língua guarani “e de muitos de seus ritos e superstições”.

Aqui parece ficar explícito, com mais clareza, a preocupação do Estado colonizador, em parceria com a Igreja Católica, quanto à tarefa da educação/escola:

A estratégia era atingir o âmago de sua cultura, de sua identidade étnica substituindo seu idioma, porque ao lhe tirar a língua, eliminar-se-ia o que havia de mais profundo do seu ser guarani (LANGER, 1997, p. 82). 71

Percebe-se o método usado, desde o começo, pelo projeto do capital e que, contraditoriamente, pretende-se caracterizar-se como civilizatório. Na verdade, estamos falando de projeto colonizatório e que faz valer de uma das estratégias bastante eficaz, a educação escolar (escola). Neste caso, tarefa dispensada à igreja Católica. Daí o termo/conceito de “catequizar”.

Era preciso, neste contexto (expansão do capitalismo/colonização), “civilizar”, “catequizar”...

[...], a escola deveria ser acionada para a afirmação e a legitimação da formação étnico-cultural do governante, tratando-se as demais como sendo rústicas e estando em barbárie. Estes povos diferentes deveriam ser civilizados (Id. p. 137).

³ Os índios porque não sabem ler e escrever. Os não índios (adultos), embora provenientes de um continente “civilizado”, nem todos sabiam ler e escrever, principalmente os de famílias pobres, a grande maioria dos que aqui chegaram. A preferência, digamos, em alfabetizar os adultos, deve-se ao fato de que as crianças/infância não era vista como hoje. Ou seja, eram, até aquele período, tratados como adultos em miniatura. A escolarização só passa a ser incorporada à vida delas no século XVII, XVIII. Estamos falando das crianças cujas famílias tinham melhores posses. As crianças pobres seguiram por outros caminhos - aquele que conhecemos e que lutamos para que tenham outra escola, principalmente os das periferias e no meio rural (camponeses).

Ou seja, educar/ensinar para um novo projeto que dava seus primeiros passos na longínqua terra do além mar, a América. Portanto, não há como não ver, nas entrelinhas, a preocupação para com o projeto modernizador. E, neste contexto, a escola (Padres Jesuítas) foi buscada como estratégia de sustentação dessa nova fase do capital que buscava se firmar a todo custo. Uma estratégia que deu certo, cujas contradições se fazem sentir até hoje.

A EJA e a Legislação: nada se perde, nada se cria, tudo se transforma...

A Constituição 1824 (ainda sob o Império), garantia a todos os cidadãos a instrução primária gratuita. Ora, uma coisa é a garantia da lei, outra é a forma como esta se materializa. Tanto que a

titularidade de cidadania era restrita às pessoas livres, saídas das elites que poderiam ocupar funções na burocracia imperial ou no exercício de funções ligadas a política e o trabalho voltados aos interesses imperiais (HISTÓRICO...s/d, p. única). 72

Sob a República (1889) temos as seguintes situações:

Com a Revolução de 1930 (golpe de Vargas) as mudanças políticas e econômicas - passagem de uma política centralizada em São Paulo e Minas Gerais, conhecida como “café com leite”, e de uma economia essencialmente rural para uma economia urbana - fazem sentir-se na educação, permitindo, desta forma, o início da consolidação de um sistema público de educação elementar no país.

A educação básica de adultos começou a estabelecer seu lugar através da história da educação no Brasil, a partir da década de 1930, pois neste período a sociedade passava por grandes transformações, onde o sistema de ensino de educação começa a se firmar. Além do crescimento no processo de industrialização e reunião da população nos centros urbanos. A oferta de ensino era de graça estendendo-se respeitadamente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos (Id.).

A Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um PNE (Plano Nacional de Educação) que indicava, pela primeira vez, a educação de adultos como dever do Estado. Dentre as normas, estabelecia a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva também para os adultos (LOPES e SOUSA, s/d, p. 02).

Algumas iniciativas políticas e pedagógicas importantes ocorreram na década de 40 quanto à educação de jovens e adultos. Pode-se citar, dentre outras, a criação e a regulamentação do FNEP (Fundo Nacional do Ensino Primário); a criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos).

Em que pese às diferenças de uma e outra, estas iniciativas não passavam (de) e/ou se limitavam (à) campanhas voltadas a atender as necessidades do capital: além de alfabetizar, aprofundar o trabalho educativo, no intuito de qualificar a mão-de-obra para atender a indústria (que dava seus primeiros passos e/ou se firmava na zona urbana)⁴ e no campo (meio rural), como uma tentativa de estancar o êxodo/saída⁵ dos trabalhadores rumo às cidades em busca de uma vida melhor.

Aqui cabe uma observação interessante: neste período os analfabetos não votavam. Estas iniciativas tinham, portanto, interesses bastantes, digamos, práticos, quais sejam, aumentar a base eleitoral. O que não significa, aqui, negar a importância destas, uma vez que têm contribuído de certa forma, a diminuir os índices de analfabetismo no país (VIEIRA, 2004, p. 19/20 *apud* LOPES e SOUSA, s/d, p. 04).

Na década de 1950 cabem os seguintes destaques: Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), cujo destaque cabe ao fato desta marcar uma nova etapa envolvendo as discussões sobre a educação de adultos, qual seja: a do entendimento de que a simples ação alfabetizadora “era insuficiente, devendo dar prioridade à educação de crianças e jovens, aos quais a educação ainda poderia significar alteração em suas condições de vida” (LOPES e SOUSA, s/d, p. 05).

⁴ Com a instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista (1946), houve um deslocamento do projeto político do Brasil, passando do modelo agrícola e rural para um modelo industrial e urbano, que gerou a necessidade de mão-de-obra qualificada e alfabetizada.

⁵ A grande dificuldade em “fixar” o homem no campo não estava, necessariamente (embora fosse um fator importante) ligado a questão da falta de educação/escola, mas às condições de abandono a que eram submetidos estes trabalhadores. Ou seja, à falta de políticas públicas, tanto agrária e agrícola quanto educacionais. Este problema, ainda bastante sério, se reproduz na região norte da Amazônia norte de Mato Grosso, principalmente entre os assentados de Reforma Agrária, mas especificamente, do INCRA. Projeto este que tem se caracterizado pelo descaso, abandono destas populações assentadas (PERIPOLLI, 2009).

Cabe, aqui, também o ao segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958). A este coube avaliar as ações realizadas na área, bem como propor soluções adequadas para a questão. Os casos mais urgentes estavam voltados quanto à questão da precariedade dos prédios escolares, à inadequação do material didático e à qualificação do professor⁶. Ainda: a presença de Paulo Freire no encontro (delegação de Pernambuco). Paulo Freire (embora dispense comentários) propunha a educação baseada no diálogo, educação dialógica, cuja característica básica está em considerar, no processo, às características sócio-culturais das classes populares, estimulando sua participação consciente na realidade social.

Não poderíamos deixar de ressaltar o papel da Igreja Católica neste período, engajada com o estado, às campanhas voltadas a alfabetizar os adultos, através do MEB (Movimento de Educação de Bases). Infelizmente, o golpe militar de 1964, pôs tudo a perder e todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à idéia de fortalecimento de uma cultura popular passaram a ser reprimidos/extintos⁷.

74

Mas, o que se propunha o MEB? Dentre outras propostas,

contribuir para promoção integral e humana de jovens e adultos, através do desenvolvimento de programas de educação popular na perspectiva de formação das camadas populares para a cidadania, buscando trilhar os caminhos de superação da exclusão social (s/d).

Segundo o movimento,

a pobreza não é uma maldição inevitável. Ela é produto de decisões e de políticas humanas. Para enfrentá-la requerem-se mudanças das regras do jogo internacional e nacional [...]. E mais, requer o protagonismo e a força presente nas comunidades e nos cidadãos (idem).

A década de 70 marca o início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – o MOBRAL⁸. Este projeto tinha como meta acabar com o analfabetismo no país num prazo

⁶ Não poderiam deixar de mencionar o fato de que estas questões eram, e ainda o são, próprias de um país rural, ou melhor, de uma realidade tão comum quando a questão for e/ou estiver voltada às questões da educação/escola rural/no/do campo. Aliás, as escolas para os trabalhadores do campo têm sido atendidas, via de regra, através de políticas compensatórias (PERIPOLLI, 2009).

⁷ O Movimento de Educação de Bases (MEB) sobreviveu por estar ligado ao MEC e à igreja Católica. Todavia, devido às pressões e à escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966.

⁸ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a

estimado de dez anos. Só que como resultados práticos, foi um fracasso. Tanto que no final deste período, segundo o próprio IBGE, havia um total de 25,5% da população (de 15 anos ou mais) consideradas analfabetas.

Por que desta disparidade entre o objetivo proposto e os resultados obtidos? Na verdade, a leitura a qual deve ser feita não é a da do que estava escrito, mas a que se propunha seus mentores. Em outras palavras, o projeto implantado pelos militares (1964 – 1985) não passava de uma estratégia para acabar com novas práticas populares que vinham sendo perseguidas pelas classes populares no sentido de buscarem sua própria inclusão através da educação. Isso incomodava as autoridades.

Criado e mantido pelo regime militar, durante anos, jovens e adultos frequentaram as aulas do MOBREAL, sem no entanto atingir um nível aceitável de alfabetização ou letramento. A recessão econômica iniciada nos anos oitenta inviabilizou a continuidade do MOBREAL, que demandava altos recursos para se manter. Seus Programas foram assim incorporados pela Fundação Educar (MOVIMENTO...s/d, p. unica). 75

As pessoas analfabetas chegavam, sentavam, ouviam e liam uma cartilhazinha, daquelas de letrinhas coloridas, tipo sopa de letrinhas, e pronto: bastava apenas ao indivíduo escrever seu nome, entregar pra “professora” e receber seu diploma de “alfabetizado”... (id).

As palavras parecem bastante são claras. Não há como não perceber o processo, no seu todo, como uma estratégia, de fato, usada pelos fazedores de políticas públicas no período militar.

O pior de tudo, ao que nos parece, está no fato destas formas supletivas se caracterizarem pelo aspecto do aligeiramento (fazer muito em pouco tempo). Ainda: as palavras escritas serviam de engodo (bonitas nas intenções), na prática... Vejamos:

Foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana (sic) a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida" Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana (como se a pessoa pudesse não ser humana!), vemos que o objetivo do MOBREAL

pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida (MOVIMENTO..., s/d, p. única).

relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida (MOVIMENTO..., 1993, p. única).

O fim dos governos militares (década de 80) marcou a retomada do processo de democratização no país. A este fato, outras importantes transformações sócio-políticas se juntam ao cenário nacional. A campanha nacional a favor das eleições diretas foi uma delas. Nascia, desta forma, um outro país. Não necessariamente um novo, mas com possibilidades outras, principalmente no campo educacional. Em 1985 o Mobral foi extinto, sendo substituído pela Fundação Educar⁹.

Neste processo todo (em que pesem todas as contradições ainda existentes), o mais importante é que damos, de certa forma, um salto qualitativo muito significativo, a considerar que a redemocratização possibilitou a ampliação das atividades educacionais, dentre elas, as da EJA. Ou seja, possibilitou/permitiu que, de forma mais democrática, estudantes, educadores, políticos, enfim, a sociedade, pudesse se organizar em defesa da escola pública e gratuita para todos. 76

O ponto alto deste processo, construído às duras penas, principalmente com a participação das classes populares, culmina com a nova Constituição (1988). Esta marca, em termos educacionais, a vitória dos trabalhadores, das classes que vivem do trabalho, e buscam a educação/escola como uma forma de inclusão ao processo modernizador da sociedade. Esta trouxe importantes avanços para a EJA: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, passou a ser garantia constitucional também para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada.

Os anos 90 são marcados por episódios bastante negativos na nossa história. Em nome de uma (falsa) política de contenção de despesas (enxugamento da maquia administrativa), o governo Collor¹⁰, além de extinguir a Fundação Educar, permitiu que a

⁹ Fundação Educar é uma empresa que Administra Programas de Crédito Educativo, e através da parceria firmada com Instituições de Ensino Superior concede Crédito Educativo para aqueles que possuem dificuldades de pagar integralmente a mensalidade de um curso superior (INSTITUTO...s/d, p. única).

¹⁰ Foi o trigésimo segundo presidente da República Federativa do Brasil. Assume o cargo em 1990. Em 1992 sofre o impeachment. Foi o primeiro presidente eleito por voto direto após o Regime Militar, em 1989.

União fosse se afastando das atividades da EJA, transferindo as responsabilidades para os estados e municípios.

Os anos 2000 acenam boas perspectivas para a EJA no país. Tanto que o MEC anuncia a alfabetização de jovens e adultos como uma prioridade do novo governo (Luiz I. Lula da Silva) É neste contexto que foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta seria a de erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos de governo. O programa Brasil Alfabetizado foi lançado com esta finalidade, estando o MEC como mediador desta tarefa, contribuindo com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização¹¹. Como o programa está em andamento, não é possível, ainda, afirmar se o objetivo pretendido foi alcançado.

À guisa de conclusão

77

Em que pese todos os entraves quanto à construção de uma política sólida voltada à educação de jovens e adultos/EJA, independentemente de governos, faz-se necessário que esta esteja estritamente vinculada e/ou caminhe junto às outras políticas públicas voltadas à educação. EJA e modalidade de ensino, não de educação. Portanto, deve caminhar junto com as demais políticas voltadas à educação.

É preciso que se construam políticas públicas, de fato, não apenas programas/projetos. Estes se caracterizam, basicamente, por serem de governos, portanto, voltados a atender interesses, nem sempre públicos e/ou voltados às necessidades dos que deles precisam, e sim, dos seus fazedores de políticas que, via de regra, atendem os interesses (econômicos e/ou políticos) de grupos.

Não há como negar que já se fez bastante. Avançamos muito. Mas, há muito mais por se fazer. Todos os esforços devam estar voltados no sentido que seja erradicado, paulatinamente, o analfabetismo em nosso país. Nessa tarefa a EJA teria/tem papel

¹¹ No Programa Brasil Alfabetizado, a assistência será direcionada ao desenvolvimento de projetos com as seguintes ações: Alfabetização de jovens e adultos e formação de alfabetizadores.

importante. Ou iremos reproduzir, constantemente, o mesmo processo: um sem-número de analfabetos (fora da escola e/ou expulsos dela) no precário mercado de trabalho (que é o que resta a estes). Lutar pela EJA significa tencionar situações no sentido de fazer com que a escola deixe de expulsar seus alunos quando em idade escolar adequada. Não basta garantir a acesso. É preciso que a escola dê condições de permanência a estes jovens/adultos trabalhadores.

EJA, uma escola necessária e possível na construção de novas relações sociais e, conseqüentemente, para a transformação social. Nossos jovens e adultos, ainda sem escola, não podem mais esperar. Até porque, são sujeitos de direitos. Juventude rima com expectativa, com busca, com emancipação. Emancipação rima com educação, com cidadania. É inconcebível pensarmos em presente e futuro com tantos (ainda) analfabetos.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Ovil Bueno. *Educação e Desintegração Camponesa: o papel da educação formal na desintegração do campesinato*. In: VIANA, Nildo; VIEIRA, Renato Gomes. *Educação, Cultura e Sociedade: abordagens críticas da escola*. Goiânia/GO: Edições Germinal, 2002.

HISTÓRICO da EJA no Brasil (s/d). Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/17677/1/historico-da-eja-no-brasil/pagina1.html>> Acesso em: setembro de 2009.

INSTITUTO educar. Disponível em: <http://www2.institutoeducar.com.br/novo2/duvidas.htm#1> Acesso em: outubro de 2009.

LANGER, Protásio P. *A aldeia Nossa Senhora dos Anjos*. Porto Alegre, EST Edições/Correio Riograndense, 1997.

LOPES, Sela P.; SOUSA, Luzia S. (s/d). *EJA: uma educação possível ou mera utopia?* Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: setembro de 2009.

MEB – *Movimento de Educação de base: educando para a conscientização e vivência da cidadania*. Disponível em: <<http://www.meb.org.br/#home>. Acesso em setembro de 2009

MOVIMENTO Brasileiro de Alfabetização faliu!!! Disponível em: <http://desciclo.pedia.ws/wiki/Movimento_Brasileiro_de_Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o

_____. 1993. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>> Acesso em: setembro de 2009.

PERIPOLLI, Odimar J. *Expansão do Caapitalismo na Amazônia Norte Mato-Grossense: a mercantilização da terra e da escola*. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação/UFRGS, 2009. Tese (Doutorado em Educação).

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KREUTZ, Lúcio. *Imigrantes e projetos de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais*. In: *Educação no Brasil: história e historiografia/Sociedade Brasileira de História da Educação* (Org.). Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: SBHE, 2001.

SOARES, Alexandre B. *Juventude e eles com o mundo do trabalho: retratos e desafios*. São Paulo: Cortez; Campinas,SP: CIESP; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2010.

TONET, Ivo. *Introdução*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.